



"Quão Díficil Nos Temos Movido"

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 13/16

27 de Dezembro de 2016



Organização Europeia de  
Associações Militares

### As Palavras e...os Actos!

Estamos a terminar um ano que, sob vários aspectos, se pode considerar ter sido um "Annus Horribilis" para a Instituição Militar.

Para além do processo do Colégio Militar e da consequente demissão do então CEME, nunca verdadeiramente clarificada, assistimos em choque, no dia em que se recebia em apoteose a selecção nacional campeã europeia de futebol, ao fatídico acidente que tirou a vida a três militares da Força Aérea, deixou outros feridos e uma aeronave completamente destruída. No início de Setembro, após o tradicional período de férias para a maioria dos portugueses, somos confrontados com a morte de dois instruendos Comandos, vários outros hospitalizados, num processo que ainda está longe de se poder considerar clarificado. Ainda com as ondas de choque destes acontecimentos a fazerem sentir os seus efeitos, somos confrontados, no início de Novembro, com o chamado "caso das Messes da Força Aérea" e a consequente detenção de vários militares.

Mas, para além destes casos largamente publicitados e mediatizados, que são sinais, a produção legislativa do governo, e no particular, na área da Defesa Nacional continuou na senda do que vem sendo feito há muitos anos, agravando as condições socioprofissionais dos militares.

Apesar dos discursos elogiosos e do público reconhecimento sobre a importância e missão das Forças Armadas, feitos pelo ministro da Defesa ou pelo Presidente da República, os militares e suas famílias continuam a não sentir os efeitos da actual política de reversão e de melhoria de direitos, continuando pelo contrário a sentir os efeitos das políticas do passado que não se queriam presente nem futuro. A legislação produzida e aplicável aos militares continua a ser severamente lesiva da sua condição e dos seus direitos. Quando recentemente o MDN afirmou "é possível fazer diferente", não se referia certamente à legislação aplicável aos militares!

Quando o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas afirma que "respeitar o Estado de Direito Democrático é em primeira linha respeitar as Forças Armadas", quando reconhece que "o Estado de Direito Democrático existe porque existem Forças Armadas" as quais "permitiram a sua construção, permitiram a Constituição que temos, permitiram a democracia que vivemos" e quando assume que "as Forças Armadas merecem o respeito e a consideração de todas as instituições políticas, económicas, sociais portuguesas", não se compreende que depois promulgue legislação claramente lesiva dos profissionais que constituem as Forças Armadas que é necessário respeitar e considerar!

Difícilmente se compreende esse respeito e consideração quando se apontam como instituições de referência aquelas de que os militares mais queixas têm, HFAR e IASFA/ADM e, a coberto do espírito natalício que tão hipocritamente serve nesta época, usando os idosos e a acção social como se eles e ela só agora existissem, se branqueie o seu funcionamento, que se mantém fora do quadro legal aprovado e em vigor, continuando sem respostas às funções para que foram criadas e para que sucessivas gerações de militares lutaram, com o objectivo de assegurar um fim digno aos que serviram a Pátria servindo as Forças Armadas e Portugal.

Entre estas e muitas outras matérias que nos preocupam, como por exemplo o regime de avaliação e mérito dos militares, o Presidente da República promulgou recentemente o diploma que regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime de protecção social convergente e das pensões de invalidez e de velhice do regime geral da segurança social dos militares das Forças Armadas e dos profissionais da GNR subscritores do regime convergente e contribuintes do regime geral.

Promulgado que está o diploma, aguarda-se a sua publicação em Diário da República para ter a percepção total e real do seu conteúdo e do alcance das suas medidas que, pese embora o facto de alguns militares poderem ver o cálculo da pensão salvaguardado pelas regras que estavam em vigor em 2005, serão, no entanto, muitos deles lesados em dezenas de milhar de euros caso não lhes seja permitida a sua passagem à situação de Reserva até 31 de Dezembro de 2016! Não era com toda a certeza a este respeito e consideração que o Presidente da República se referia.

Camaradas, está nas nossas mãos ajudarmos a inverter esta situação, trabalhando para que as palavras elogiosas e de circunstância coincidam com os actos, fazendo com que 2017 não seja já o "Annus Horribilis" que foi 2016, mas que venha a constituir-se num "Annus Mirabilis" para os militares e suas famílias.

Em torno da ANS, a nossa associação representativa de classe, da eleição dos seus Órgãos Sociais para o biénio 2017/2018 e das comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em todo o território nacional e onde quer que Sargentos de Portugal estejam em missão, façamos com que as palavras "respeito" e "consideração" assumam o seu real valor e que quem as profere cuide em torná-las coincidentes com os actos que pratica!

**A Direcção**  
**27 de Dezembro de 2016**